

O Tumor frio da Extrema Direita sobre os Tribunais

Por Ricardo Giuliani

Mestre e doutor em Direito. Escritor e Artista Plástico

Entre uma bolsa e outra de quimioterapia, li no celular que um senador eleito pelo Rio Grande do Sul mandou recado a um ministro do Supremo. No dia primeiro de fevereiro de 2027, avisou, começam os trabalhos pelo impeachment dele e de alguns colegas. Dia e mês. Fiz a conta que faço com tudo desde agosto. Minha oncologista, que foi minha residente há vinte e tantos anos e ainda me chama de professor, me deu até o Natal, com sorte até os Reis. O novo Senado toma posse depois de mim.

Fui clínico por quarenta e um anos. Li mais tomografias do que livros, e li muitos livros. Quando chegou a minha, adenocarcinoma de pâncreas com três lesões no fígado, ninguém precisou me explicar nada, e é esse o primeiro castigo de quem estudou. O leigo recebe um prognóstico. O médico recebe uma curva de sobrevida e se encontra nela, num ponto que não escolheu, perto demais do eixo.

O tumor de pâncreas é o que chamamos de tumor frio. Levanta em volta de si um estroma denso, fibroso, uma muralha de colágeno onde os linfócitos não entram. A imunoterapia, que devolveu anos a doentes de melanoma, aqui não serve para nada. A defesa do corpo não perde a guerra; fica do lado de fora da muralha, armas em ordem, sem enxergar o que deveria combater. Inimigo, aliás, é palavra imprópria. As células que me matam são minhas. Carregam meu DNA, meus documentos, meu sobrenome. Nada veio de fora. Uma parte de mim resolveu crescer sem obedecer a ninguém, e para isso começou por cegar quem vigia.

Penso nisso deitado no sétimo andar, de onde se vê o Guaíba. As autocracias deste século também não vêm de fora. Chegam com registro na Justiça Eleitoral, diploma e posse. E a primeira providência de todas elas, antes da polícia, antes da imprensa, é cuidar dos tribunais.

Hitler nunca teve maioria. Fez trinta e sete por cento em julho de 1932 e foi chamado à chancelaria por Hindenburg em janeiro de 1933, levado pela mão de conservadores que se julgavam capazes de domá-lo. Um mês depois ardeu o Reichstag. O Reichsgericht, a corte suprema de Leipzig, julgou os acusados em dezembro e, para fúria do regime, absolveu quatro dos cinco réus, o búlgaro Dimitrov entre eles. A resposta veio em abril de 1934, com o Volksgerichtshof, o Tribunal do Povo, feito para julgar traição sem o estorvo de juízes independentes. Em agosto, depois da Noite dos Longos Punhais, Carl Schmitt, o jurista mais brilhante da Alemanha, publicou um artigo cujo título dispensa a leitura: O Führer protege o direito. Assassinatos sem processo convertidos em ato de jurisdição pela pena de um catedrático. Guardadas as proporções, que são imensas, é o método que me interessa. Primeiro se contorna o tribunal. Depois se encomenda a um jurista o nome do contorno.

Mussolini foi deputado eleito antes de ser Duce. O rei o chamou em 1922, depois da marcha sobre Roma, e a lei Acerbo lhe garantiu o prêmio de maioria; nas eleições de 1924 a lista nacional fez quase dois terços dos votos. Matteotti denunciou a fraude na Câmara e foi sequestrado e morto onze dias depois. Em 1926, as leis fascistíssimas criaram o Tribunal

Especial para a Defesa do Estado, presidido por um general e composto por oficiais da milícia. Salazar nem isso. Professor de finanças em Coimbra, entrou no governo pela pasta da Fazenda em 1928 e não saiu mais. A Constituição de 1933 foi aprovada em plebiscito no qual as abstenções contaram como votos a favor, e os Tribunais Plenários, a partir de 1945, julgavam presos que a PIDE já tinha interrogado ao seu modo.

Na parede do meu escritório há um cartaz que meu filho trouxe de Lisboa, garimpado na Feira da Ladra. É uma das lições salazaristas para as escolas primárias, de 1938, com o crucifixo, a bandeira e a mesa posta: Deus, Pátria, Família. Ele achou engraçado. Eu também achei, naquele tempo. É a mesma trinca que Plínio Salgado costurou nas camisas verdes do integralismo em 1932, e a mesma que hoje se lê em adesivo de para-choque nas avenidas de Porto Alegre, acrescida de uma quarta palavra, liberdade.

Os de agora são mais limpos. Ganharam eleições de verdade, várias vezes, e aprenderam o que os velhos ditadores tiveram de improvisar. Orbán conquistou dois terços do Parlamento húngaro em 2010 e no ano seguinte tinha Constituição nova; aumentou a Corte Constitucional de onze para quinze juízes e baixou a aposentadoria compulsória da magistratura de setenta para sessenta e dois anos, o que mandou para casa algumas centenas de juízes de uma só vez. Na Polônia, Andrzej Duda, presidente eleito pelo PiS, recusou-se a empossar três juízes constitucionais escolhidos pela legislatura anterior e deu posse, de madrugada, aos indicados do seu partido. Erdoğan aprovou em referendo, em 2010, a ampliação do Tribunal Constitucional turco de onze para dezessete cadeiras; depois da tentativa de golpe de 2016, afastou milhares de juízes com uma rapidez que só listas prontas explicam. Netanyahu abriu seu sexto governo, em janeiro de 2023, com uma reforma para tirar da Suprema Corte o poder de anular atos do governo por falta de razoabilidade. A Corte derrubou a lei por oito votos a sete no primeiro dia de 2024, e em julho deste ano o Likud declarou, pela primeira vez, que uma decisão do tribunal poderia ser ignorada. Israel vota no dia 27.

Orbán caiu em abril. Péter Magyar, antigo aliado, venceu com dois terços do Parlamento, a mesma aritmética com que Orbán reescrevera o país. O Estado que ele costurou para durar mudou de mãos com as costuras intactas, e quem jurou desmontá-lo terá de usar as ferramentas que o montaram. Metástase ressecada não devolve o fígado de antes.

Meu filho me deu, em 2018, o livro de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, *Como as democracias morrem*. Sublinhei quase tudo. Os dois mostram que as democracias de hoje não caem por tanque na rua. Desidratam por dentro, nas mãos de governantes eleitos que capturam os árbitros, tiram os jogadores adversários de campo e reescrevem as regras da partida. Falam de duas normas que nenhuma constituição escreve e que sustentam todas elas: a tolerância mútua, que reconhece no adversário um rival legítimo e não um inimigo a eliminar, e a reserva institucional, que impede quem tem o poder de usá-lo até a última gota que a letra da lei permite. Contam o Peru de 1992, o autogolpe de Alberto Fujimori, Congresso fechado, Judiciário sob intervenção, aplauso popular. Em junho deste ano, a filha dele, Keiko, foi eleita presidente do Peru.

Não precisávamos de livro estrangeiro. Em 1965 o AI-2 aumentou o Supremo de onze para dezesseis ministros, para diluir os que incomodavam. Em janeiro de 1969, com o AI-5 em vigor, Victor Nunes Leal, Hermes Lima e Evandro Lins e Silva foram aposentados à força. Eu cursava o segundo ano de medicina e lembro do silêncio no anfiteatro quando o professor de anatomia leu a notícia em voz alta, dobrou o jornal e voltou ao plexo braquial.

Bolsonaro aprendeu depressa. No Sete de Setembro de 2021, chamou um ministro do Supremo de canalha diante da multidão na Paulista e anunciou que não cumpriria mais as decisões dele. Em 8 de janeiro de 2023, o plenário do Supremo foi depredado, as cadeiras dos ministros arrancadas do lugar. Em setembro do ano passado, a Primeira Turma o condenou a vinte e sete anos e três meses pela trama golpista. O tribunal julgou quem tentou fechá-lo, e a condenação, que deveria encerrar o assunto, virou programa de governo.

No domingo, 4 de outubro, Flávio Bolsonaro terminou o primeiro turno à frente, 47,03% dos votos válidos contra 45,16% de Lula, ordem que as principais pesquisas não tinham previsto. O PL elegeu cento e vinte e um deputados e terá a maior bancada da Câmara. Elegeu dezenove senadores e começará 2027 com vinte e oito, a maior bancada partidária do Senado desde 1988. Fez cinco governadores no primeiro turno, e o Sul inteiro trocou de cor: Zucco aqui, Moro no Paraná, Jorginho Mello reeleito em Santa Catarina. Somada a direita toda, serão quarenta e nove senadores. Quarenta e nove é o número exato de votos com que a Constituição aceita ser emendada no Senado. Para destituir um ministro do Supremo são cinquenta e quatro, e os jornais discordam sobre quantos já se dispõem, quarenta e cinco, cinquenta e dois, cinquenta e quatro. Em dezembro do ano passado, Gilmar Mendes elevou para dois terços o quórum do Senado para dar seguimento a esses processos. A corte fez a conta antes do eleitor. O eleitor chegou perto.

Montesquieu escreveu que, para não se abusar do poder, é preciso que pela disposição das coisas o poder detenha o poder. Não pela virtude dos homens, pela disposição das coisas. O Estado nacional moderno foi erguido sobre essa desconfiança. O corpo humano obedece à mesma regra. Não tem soberano, tem equilíbrio: insulina contra glucagon, coagulação contra fibrinólise, linfócito efector contra linfócito regulador. Quando um sistema deixa de ser contrariado pelo outro, chamamos de doença e damos um nome em latim.

Ilusão sobre o Supremo não tenho. Tribunal que se estende além da própria jurisdição também adoece, e a imunoterapia ensinou isso aos oncologistas. Solta-se o freio do linfócito e às vezes ele ataca o intestino, a tireoide, o fígado ainda sadio. A autoimunidade existe. Trata-se ajustando a dose, nunca matando o sistema imune.

No Brasil, desde a eleição de 2010, toda disputa presidencial passa pela sacristia. Aborto, banheiro, cartilha escolar, o que se faz na cama alheia. Dei plantão de pronto-socorro em 1979 e recebi meninas de dezesseis anos com septicemia por agulha de tricô. Nenhuma delas votava ainda. A política daqui descobriu que costume rende mais voto que salário, e a fé, que deveria ser o lugar onde o poder não manda, passou a ser o lugar de onde ele parte.

Rosângela, a técnica de enfermagem da tarde, troca a agulha do meu cateter com uma delicadeza que nenhum residente aprendeu comigo. Antes de sair, reza por mim com a mão na minha testa. Semana passada me explicou, sem pressa, que o cristão perdeu o domínio de sete montes, a família, a religião, a educação, a mídia, as artes, os negócios e o governo, e que chegou a hora de retomá-los. O do governo, doutor, está quase. Aprendeu isso num culto no Partenon. O culto aprendeu nos Estados Unidos. A teologia do domínio nasceu lá, entre os anos sessenta e setenta, com Rousas John Rushdoony, pastor presbiteriano, filho de armênios que escaparam do genocídio, que pregava a lei de Moisés como lei civil, pena de morte inclusive. Os sete montes vieram depois, pela boca de pregadores carismáticos americanos, e desembarcaram aqui em livros traduzidos, em conferências de estádio e, por fim, na frente parlamentar. Rosângela nunca ouviu falar em Rushdoony. Reza por mim e vota contra o que sobrou de mim, e eu não consigo deixar de gostar dela.

Olho o mapa e o Brasil está cercado. Milei na Argentina, Kast no Chile, Peña no Paraguai, Rodrigo Paz na Bolívia, Noboa no Equador, Abelardo de la Espriella na Colômbia, Keiko no Peru. Os presidentes do continente posaram ao lado de Trump numa cúpula batizada de Escudo das Américas. Do lado de cá sobram o Uruguai e o Brasil de Lula. Em 2022 era o contrário. Mapas mudam depressa quando ninguém olha, e isso eu sei de tomografia.

No dia 25 o país escolhe entre Lula e Flávio. Não digo que Flávio seja Hitler, nem Orbán, nem o pai. Seria desonesto e, pior, inútil. A ditadura que temo não precisa de campo de concentração nem de tanque na Esplanada. Precisa de quórum. Um presidente com o Senado, a Câmara, os governadores do Sul, a anistia do pai na pauta e os impeachments já anunciados não tem por que fechar o Supremo. Basta trocá-lo por dentro, cadeira por cadeira, com a Constituição aberta sobre a mesa e o rito cumprido à risca. Flávio prometeu não disputar a reeleição. Ninguém precisa de reeleição quando já escreveu as regras de quem vem depois.

O que me pesa não é morrer. É morrer no meio do exame. O paciente que acha que é gastrite morre surpreso e quase em paz. Eu conheço o estadiamento das duas doenças, a minha e a do país, e não vou ler o laudo final de nenhuma. Saber transforma a espera em leitura de sinais, e cada sinal confirma o anterior. Daria muito pela ignorância de Rosângela. Pela fé dela também. E pela mão firme com a agulha.

Pedi ao meu filho que venha de Lisboa no dia 24. Quero votar. Ele vai empurrar a cadeira de rodas até a seção, no colégio onde estudei, com o cilindro de oxigênio preso atrás. Conheço o som da urna. Um bipe comprido e, na tela, em letras maiúsculas, a palavra FIM. Quero ouvi-lo mais uma vez.

Amanhã entra uma frente fria. Vem da Patagônia, passa por Buenos Aires, cruza o rio Uruguai na altura de Quaraí e sobe o país até onde a previsão do tempo deixa de pintá-la de azul.